

COMUNICADO DO CONSELHO NACIONAL

Sob a presidência do Secretário-Geral do PAICV, Camarada Aristides Pereira, teve lugar na Praia, de 3 a 6 de Dezembro, a **IV** Reunião Ordinária do Conselho Nacional.

Da ordem do dia destacam-se as seguintes questões:

- Apreciação do I Plano Nacional de Desenvolvimento (1982-85).
- Apreciação do Orçamento Geral do Estado para 1983.
- Questões ligadas à vida interna do Partido como o balanço da actividade geral das suas estruturas, a organização do trabalho político e do Partido nas Forças de Segurança, questões disciplinares e admissão de novos membros.
- Informações relativas à actividade da Comissão Preparatória do Simpósio Internacional Amílcar Cabral e ao estado de preparação do II Congresso.
- Informações sobre a Cimeira dos Chefes de Estado dos países da ex-CONCP e as relações com a Guiné-Bissau.

Em nome do Governo, o Secretário de Estado da Cooperação e Planeamento apresentou ao Conselho Nacional, o projecto do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1982-85).

Na exposição do camarada Secretário de Estado foram destacadas as questões ligadas à caracterização económica, à natureza e objectivos do plano, à sua inserção na estratégia nacional de desenvolvimento, às principais condicionantes do desenvolvimento e ao papel do plano como instrumento de harmonização desse desenvolvimento.

Foram apreciados os principais aspectos abrangidos pelos objectivos do plano, encarado essencialmente como uma primeira tentativa de programação a médio prazo dos investimentos para a Reconstrução Nacional, visando por um lado a liquidação das sequelas do colonialismo e, por outro, a criação das bases materiais necessárias à preparação do futuro e ao desenvolvimento.

Os sectores identificados como prioritários para a concentração dos principais projectos do plano - desenvolvimento rural, transportes e comunicações, indústrias, energia e dessalinização - mereceram o devido destaque.

As condições necessárias ao sucesso do plano foram objecto de uma análise aprofundada, tendo-se referido, de forma particular, aos principais factores que caracterizam a situação económica internacional, uma vez que a maior parte do seu financiamento será proveniente do exterior. Todavia, as condições internas foram consideradas determinantes, destacando-se a capacidade nacional de estudo e realização, nomeadamente no sector de construção e obras públicas, a capacidade de direcção da economia, de coordenação e controle da gestão, e a mobilização de todas as camadas da população à volta dos objectivos do Plano, como os principais factores que condicionam a realização da totalidade dos projectos previstos.

Finda a apresentação seguiu-se um debate sobre as orientações políticas do Plano e o papel do Partido na sua execução.

O Conselho Nacional constatou que as orientações gerais do projecto traduzem os objectivos económicos e sociais do programa do Partido e tem em devida conta os principais factores que condicionam a realidade nacional.

Foram discutidas diversas questões relacionadas com o financiamento do plano e a política de créditos, o papel da indústria no desenvolvimento, as opções de desenvolvimento e os tipos de indústria, a relação do plano com os problemas do emprego e da política salarial, o papel das empresas públicas na execução do plano, o papel do capital privado nacional e estrangeiro no desenvolvimento do país, a política de rendimentos e preços, a política populacional e o reordenamento do território, a importância da investigação científica e tecnológica, bem como a contribuição dos quadros técnicos e de gestão.

Foi sublinhada, de uma forma particular, a importância da institucionalização dos mecanismos de execução do plano, tendo-se destacado, neste âmbito, a organização do apoio e controlo das empresas públicas e a necessidade de se aprofundar a reflexão sobre o tipo de gestão empresarial que se pretende implantar no país.

O Conselho Nacional foi unânime em destacar a qualidade do trabalho realizado. O documento traduz correctamente as linhas de orientação do Partido, em termos de desenvolvimento, e constitui, em si, um conjunto sistematizado de dados de valor pedagógico e importância para o conhecimento da situação global do país e das perspectivas de desenvolvimento a longo e médio prazos.

No final dos debates, o Conselho aprovou as seguintes recomendações vi

sando garantir o cumprimento eficaz dos objectivos preconizados no I Plano Nacional de Desenvolvimento:

1. No seio da organização do Partido, a todos os níveis, tendo nomeadamente em conta os preparativos do II Congresso, deverá ter um lugar de destaque a divulgação e o debate da estratégia de desenvolvimento a longo prazo de Cabo Verde bem como dos objectivos e medidas preconizadas no I Plano Nacional de Desenvolvimento.

Em particular, deverá ser dada atenção à participação das estruturas do Partido, das organizações de massas e dos trabalhadores.

2. Tendo em conta que o homem deve ser o sujeito activo do desenvolvimento nacional, a mobilização de todas as categorias da população, no interior e no exterior do país, para uma participação activa na realização dos objectivos fixados no I Plano, é condição indispensável. Assim, a execução do I Plano Nacional de Desenvolvimento que se traduzirá na melhoria geral das condições de vida dos trabalhadores e da criação da base material para o desenvolvimento do país, deve ser, pois, considerada tarefa de toda a Nação e de cada cabo-verdiano.

O Conselho Nacional decidiu prosseguir o aprofundamento das questões fundamentais da política económica, reforçando assim, o seu papel e o de cada um dos seus membros na orientação política do desenvolvimento do país.

II

O Conselho Nacional apreciou também o projecto do orçamento do Estado para 1983, apresentado pelo Secretário de Estado das Finanças, tendo constatado a forma capaz e responsável como vem sendo materializada a política orçamental.

O Conselho Nacional reafirmou a necessidade de se continuar com empenho e rigor a aplicação da política de austeridade, desde cedo definida como a política compatível com a situação económica do país, exortou o Governo a prosseguir os esforços que têm sido realizados no sentido da contenção das despesas e reiterou o seu apoio à acção governamental que tem conseguido reduzir o déficite corrente do orçamento que atingiu o seu equilíbrio nos dois últimos anos sem recurso ao crédito e com contrapartida em meios próprios.

III

A actividade geral do Partido durante o ano de 1982 foi objecto de apreciação pelo Conselho Nacional, na base das informações apresentadas pelo camarada Olívio Pires, membro da Comissão Política e Secretário do CN, pelos 19s Secretários dos Comités Regionais e Sectores Autónomos e pelo Chefe da Direcção Política Nacional das FARP.

Foram constatados avanços significativos no funcionamento e actividade de toda a organização do Partido. Sobretudo no que se refere aos órgãos executivos e deliberativos nos diversos sectores, foi alcançado, de um modo geral, um grau de funcionalidade satisfatório, com a introdução e a melhoria da prática da eleição dos órgãos por via secreta, a constituição de órgãos de Direcção mais alargados e a melhoria geral dos métodos de trabalho, em particular, do trabalho programado, que se traduziu num melhor dinamismo das organizações do Partido e numa cada vez maior responsabilização das estruturas e de cada membro no trabalho partidário.

Contudo, o Conselho Nacional chamou a atenção para a necessidade de, no quadro da melhoria constante dos métodos de trabalho se proceder a análise cada vez mais aprofundada das questões e se situem estas nos níveis adequados.

A constituição de grupos de trabalho foi realçada como uma via importante nesse sentido, ao mesmo tempo que cria possibilidades de desenvolvimento das capacidades individuais dos militantes.

O crescimento das fileiras da organização partidária tem-se processado de forma normal, registando-se um aumento de 13%. A qualidade das fileiras foi dada a devida atenção, sobretudo na selecção e preparação dos candidatos. O Conselho regozijou-se pelo facto de a contribuição da JAAC-CV no recrutamento ter melhorado sensivelmente no aumento dos efectivos do Partido. Embora a percentagem feminina tenha melhorado em relação ao ano anterior, o trabalho deve prosseguir para se aumentar a percentagem das mulheres no Partido.

As iniciativas de formação política, ideológica e cultural, que se multiplicaram a todos os níveis da organização do Partido, com vista à elevação da qualidade de militância e da capacidade de acção de direcção dos órgãos partidários, foram igualmente destacadas. O Conselho alertou, contudo, as estruturas para a necessidade de um maior empenho na liquidação do analfabetismo entre os militantes, questão que não vem merecendo a

importância que lhe é devida, enquanto tarefa básica para o avanço da organização partidária.

Várias deficiências que ainda prevalecem no seio do Partido, foram identificadas, a saber: a fraca participação de um número considerável de militantes nas reuniões; carências na distribuição de tarefas aos membros do Partido; pagamento irregular das quotas em vários sectores; fuga de alguns militantes em assumir tarefas nos órgãos de Direcção; o inadequado funcionamento dos grupos do Partido nos locais de trabalho.

Muitas dessas dificuldades são mais acentuadas nos centros urbanos, em particular na Praia, onde o trabalho partidário tem sofrido quebras no seu dinamismo.

Além das medidas adoptadas pela Comissão Política para ultrapassar as dificuldades que tem conhecido o sector Autónomo da Praia, o Conselho Nacional recomendou uma atenção particular e um estudo aprofundado do trabalho partidário nos centros urbanos, com vista a detectar as verdadeiras causas das deficiências e a adoptar as medidas que se impuserem.

O Conselho Nacional exortou os dirigentes das empresas, as comissões de trabalhadores, os sindicatos e as estruturas do Partido a desenvolverem a consertação na acção comum, contribuindo deste modo à criação das condições de participação responsável na empresa, como a única via possível de fazer delas o suporte material da política nacional de desenvolvimento.

Foram ainda tratadas várias outras questões, com destaque para o aperfeiçoamento da capacidade de análise e intervenção dos militantes e quadros, bem como da acção ideológica do Partido; a disciplina partidária e a preservação da importância da coesão interna do Partido; questões várias que se prendem com o funcionamento dos serviços e empresas estatais; problemas pontuais que afectam as populações; questões relativas ao funcionamento das organizações de massas e sociais.

O Conselho Nacional realçou a importância da aplicação do princípio da ligação do trabalho político e ideológico com a realidade sócio-económica do país, que deve ser compreendida e assumida por toda a população. Apelou aos militantes e quadros para a necessidade de um trabalho sem desfalecimentos, encarando as dificuldades de frente, com combatividade e espírito de luta, a fim de que possam estas ser superadas.

I V

Diversas outras questões ligadas à vida do Partido foram ainda apreciadas:

1. O Conselho Nacional, de acordo com o artigo 21 dos Estatutos, aprovou uma directiva que manda, até a aprovação de regulamento próprio o trabalho político e do Partido nas "forças de Segurança reger-se pelo "Regulamento do Trabalho Político e do Partido nas FARP", com as devidas adaptações.
2. O Conselho Nacional foi informado sobre:
 - a) O estado da preparação do II Congresso cuja data de realização foi marcada para Junho de 1983.
 - b) as actividades da Comissão Preparatória do Simpósio Internacional Amílcar Cabral que terá lugar de 17 a 20 de Janeiro de 1983, na Praia. Esta importante manifestação política e cultural deverá homenagear o pensamento e a obra do militante nº 1 do Partido, e fundador da nacionalidade caboverdiana, confirmando mais uma vez a projecção internacional da sua personalidade e a perenidade da sua obra.
3. O Conselho Nacional decidiu admitir 320 novos militantes.

V

Por razões disciplinares, o Conselho Nacional decidiu afastar das suas funções de membros deste órgão os camaradas João José Lopes da Silva e Eduardo dos Santos.

VI

a) O camarada Ministro dos Negócios Estrangeiros prestou ao Conselho Nacional uma informação sobre a última cimeira dos Chefes de Estado dos países da ex-CONCP, começando por destacar o facto dessa conferência ter sido realizada num momento particularmente grave para o continente africa no nomeadamente para Angola e Moçambique que têm sido vítima de sucessivas

agressões e acções de destabilização por parte do regime racista sul-africanos

Assim, a Cimeira constituiu uma oportunidade não só para reforçar a unidade e a cooperação entre os cinco países, que contam com um passado de luta comum de libertação nacional como também para a aproximação recíproca das suas posições sobre os principais problemas africanos e internacionais.

O Conselho congratulou-se pelo sucesso deste importante encontro e recomendou o prosseguimento das acções tendentes a estreitar ainda mais os laços de amizade, cooperação e solidariedade entre Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde.

b) Com base nas decisões do I Congresso do PAICV, o Conselho Nacional apreciou as acções realizadas no âmbito da normalização das relações, ao nível do Estado, entre o nosso país e a República da Guiné-Bissau.

VII

A IV Reunião Ordinária do Conselho Nacional decorreu num ambiente de responsabilidade e de elevada participação.

Praia, 6 de Dezembro de 1982.